

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL N° 131, DE 12 DE JULHO DE 2013.**

“Autoriza o Poder Executivo a implantar o PIT – Programa de Integração Tributária e a instituir adicional aos servidores municipais responsáveis pela execução do programa e dá outras providências.”.

**SÉRGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Eldorado do Sul aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

### **L E I**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o **PIT – Programa de Integração Tributária**, nos termos do Convênio firmado entre o Município de Eldorado do Sul, o Estado do Rio Grande do Sul e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, embasado na Lei Estadual 12.868/97 e no Termo de Adesão firmado pelo Município em 27/02/2012.

**Art. 2º** Fica criado o adicional de função aos servidores efetivos do Município que atuarão no Programa.

§ 1º Os servidores designados terão como atribuição a implantação, acompanhamento e fiscalizações das ações que integram o citado Programa.

§ 2º O adicional será concedido pelo Prefeito Municipal aos servidores mediante portaria.

§ 3º Poderá ser designado no máximo 04 (quatro) servidores para desempenho da função.

§ 4º Será pago a título de adicional, ao servidor designado o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

**Art. 3º** O grupo de trabalho poderá solicitar relatórios a quaisquer Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais, bem como promover as adequações na legislação municipal e procedimentos administrativos necessários a realização dos trabalhos e atingimento de metas previstas no referido Programa.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Unidade: 01 – Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Função: 04 – administração; Sub-função: 122 – Administração Geral; Programa: 0002 – Gestão Administrativa do Executivo; Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção das Atividades da SEFAZ; Elemento: 3.3.1.9.0.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Recurso: 0001 – Livre.

**Art. 5º** Os efeitos desta Lei retroage a 1º de julho de 2013 e terá vigência até 30 de junho de 2014.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Sul, 12 de julho de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski  
Secretária de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 131, de 12 de julho de 2013, que “Autoriza o Poder Executivo a implantar o PIT – Programa de Integração Tributária e a instituir adicional aos servidores municipais responsáveis pela execução do programa e dá outras providências.”.

A presente proposta tem por objetivo incentivar ações municipais de interesse mútuo com o Estado, avaliar os resultados e disciplinar a participação do Município no referido Programa, visando o crescimento da arrecadação de ICMS.

Considerando que o referido Programa amplia o poder fiscalizatório do Município com diversas ações que visam o aumento de arrecadação e à conscientização fiscal exigindo, desta forma, maior envolvimento dos servidores municipais que dele participarão.

Assim, motiva-se a remuneração proposta visto que os servidores designados para comporem a Comissão desempenharão funções/atividades/trabalhos extras à suas atribuições previstas em seus cargos, entendendo-se assim, cabível uma melhor remuneração a fim de compensar o aumento dessas atividades, além de servir como estímulo para suas execuções, visando a busca constante de maior incremento de receitas municipais.

Destaca-se que o presente projeto deve-se, também, pelo fato de a Lei Municipal nº 3.725, de 05 de julho de 2012, que tratava da mesma matéria teve seu prazo de vigência até 30/06/2013.

Salienta-se que, nos termos do artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário-financeiro posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 02 (dois) anos, prazo esse que possibilitará a adequação orçamentária para tornar a gratificação definitiva.

Sendo assim, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal